

TRANSBRASILIANA - CONCESSIONÁRIA
DE RODOVIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

TRANSBRASILIANA - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre às demonstrações contábeis



1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A Transbrasiliana

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Triunfo Transbrasiliana”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), no km 183 + 800 metros, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria “B”, sem ações negociáveis no mercado.

Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana.

Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 600 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais.



Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios.

Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebe em média 24,0 milhões de veículos equivalentes a cada ano.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 localizada no km 35+800 em Onda Verde, P2 localizada no km 98+900 em José Bonifácio, P3 localizada no km 183+800 em Lins e a P4 localizada no km 268+100 em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BSO1 localizada no km 23+700 em Nova Granada, BSO2 localizada no km 71+800 em São José do Rio Preto, BSO3 localizada no km 122+500 em Ubarana, BSO4 localizada no km 173+700 em Guaiçara, BSO5 localizada no km 217+500 em Marília, BSO6 localizada no km 278+300 em Ocaçu e BSO7 localizada no km 322+700 em Ribeirão do Sul.

2.2 Destaques do Ano

A atividade econômica brasileira fechou o ano de 2022 avançando 2,9% do Produto Interno Bruto - PIB em relação a 2021. A taxa de desemprego de 2022 média foi de 8,1%, contra 13,2% de 2021, o que corresponde a cerca de 8,7 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias, em consequência da lenta retomada do crescimento econômico.

Como forma de mitigar os efeitos dos impactos da lenta retomada do crescimento econômico, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2022:



2.2.1 Sustentabilidade

Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade.

A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura.

2.2.2 Agenda Social

A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve programas e projetos que contribuem para o desenvolvimento social:

- **Pacto Global da ONU:** a Companhia faz parte da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030;
- **Programa na Mão Certa:** desde 2015, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves violações de direitos. Todos os anos a empresa recebe o reconhecimento da Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras;



- **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto “Agentes de Proteção”. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional da empresa sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil. Em 2022, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100;
- **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente;
- **Educação para Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt;
- **Programa Atleta do Futuro – PAF:** a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no Programa Atleta do Futuro – PAF, do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em alguns municípios lindeiros. Em 2022, a Triunfo Transbrasiliiana renovou os convênios de cooperação técnica do PAF com os municípios de Guaiçara, Getulina e Lins. O Programa atende, gratuitamente, 75 alunos em Lins, 540 em Guaiçara e 320 em Getulina, oportunizando 935 vagas para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, em diversas modalidades esportivas como: futebol, futsal, vôlei, natação e atletismo. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas;



- **Um Freio na Fome e Operação Inverno:** alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lindeiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os municípios lindeiros são: as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno. Coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais Um Freio Na Fome e Operação Inverno promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em 2022, foram mais de duas toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Ribeirão do Sul e de Bady Bassitt, além de 75 cobertores entregues para famílias de Icém e 75 para famílias de Nova Granada. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais;
- **Maio Amarelo:** a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio da Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia;
- **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões;
- **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/09), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação.



2.2.3 Agenda Ambiental

A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles:

- 1) Plano de Ação de Emergência (PAE);
- 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS);
- 3) Programa de Comunicação Social (PCS);
- 4) Programa de Educação Ambiental (PEA);
- 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA);
- 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA);
- 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF);
- 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH);
- 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP).

Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como:

- **Nascentes de Vida:** a Companhia prioriza o uso racional de recursos naturais e busca soluções que permitam reduzir os impactos de suas atividades a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Uma dessas iniciativas é o programa de educação ambiental “Nascentes de Vida”. O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2022, mais de 160 alunos da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima;



- **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa “Multiplicadores em Educação Ambiental”. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor;
- **Projeto Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do Meio Ambiente.
- **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio, Bases de Atendimento aos Usuários e em sua Sede Administrativa. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. De agosto de 2021 até outubro de 2022, 18.600 bitucas foram coletadas evitando um total de 12 toneladas de lixo tóxico fossem destinados ao meio ambiente;
- **Projeto Transformar:** com o projeto socioambiental “Transformar”, a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, nécessaires e sacolinhas de câmbio (lixeriras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente;
- **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 140 mil mudas de espécies nativas em uma área degradada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Iacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município lindeiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição.



Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação. A Companhia também possui uma equipe exclusiva para o projeto, composta por profissionais que realizam serviços diários de plantio, adubação, irrigação, manutenção e conservação das mudas.

2.2.4 Agenda Econômica

Todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios limieiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo.

Durante todo o ano de 2022, a Companhia repassou R\$ 10,9 milhões de impostos às cidades limieiras. Para determinar o valor destinado a cada uma delas é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio no referido município.

Das 22 cidades limieiras, as que mais arrecadaram o imposto no ano de 2022 foram São José do Rio Preto, Marília e Promissão com pagamentos de R\$ 1.084.234,27, R\$ 985.624,33 e R\$ 959.090,37, respectivamente. Além do repasse do imposto, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance (ESG)* e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

3. Prêmios e Certificações

A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes.



- Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. Em 2022, a Companhia passou a ser certificada na ISO 37001, norma internacional responsável por estabelecer os padrões de eficácia de um Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS);
- Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto “Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor”. A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações;
- Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Companhia;
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022);
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018);
- Certificada pela *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida;
- Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista;.
- Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região;



- Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo “Empresa Amiga” durante o evento “Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes”. O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100;
- Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto “Agentes de Proteção”, desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parceria;
- Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases “Gestão de Contratos: Efetividade e Economia”; “Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito” e “Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho” durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos;
- Reconhecida, em 2019, com o selo “Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada” pela Inteligência Jurídica – InteliJur;
- Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores;
- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme “Mundo Sem Porteira”. Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores;



- Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância “Agentes de Proteção”. O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados;
- Reconhecida em 2020, 2021 e 2022 pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras;
- Signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Certificada, em 2020, 2021 e 2022, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia.
- Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria “Responsabilidade Social” com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidas crianças e adolescentes no Brasil;
- Vencedora do Prêmio Via Viva 2021 e 2022, do Ministério da Infraestrutura, no setor “Rodoviário”. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes;



3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercados

Em 26 de novembro de 2020, através da publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,69950 para R\$ 2,72175 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,72175 para R\$ 2,40346. O Reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R\$ 5,20 para R\$ 4,70, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde); P2 (José Bonifácio); P3 (Lins); e P4 (Marília).

Ocorre que, em 27 de novembro de 2020, por meio da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 1065836-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária, suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24 de novembro de 2020 (publicada em 26 de novembro de 2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22 de janeiro de 2021 (publicada no D.O.U em 26 de janeiro de 2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12 de novembro de 2019, devidamente publicada no D.O.U em 14 de novembro de 2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,84787 para R\$ 2,84577 e a 11ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,84577 para R\$ 2,69950.

O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 5,22275 para R\$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP.



Em 15 de abril de 2021, após decisão prolatada pelo TRF da 1ª Região, que deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) a Deliberação ANTT nº 134, de 14 de abril de 2022 por meio da qual a ANTT autorizou a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A a implementar a tarifa de pedágio de que trata a Resolução nº 4.973, de 16 de dezembro de 2015, de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP.

Em 16 de novembro de 2022, através da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U., da Deliberação nº 340 de 11 de novembro de 2022, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 13ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,40346 para R\$ 2,41302 e a 13ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,41302 para R\$ 3,89183. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária. Em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, passou, a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022, de R\$ 7,70 para R\$ 8,00, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde); P2 (José Bonifácio); P3 (Lins); e P4 (Marília). Os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Pagantes	10.817	10.621	1,8%
Manual	5.775	5.477	5,4%
Automática	5.042	5.144	-2,0%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou aumento de 298 mil veículos (5,4%). O tráfego das pistas automáticas apresentou uma queda de 102 mil veículos (-2,0%).

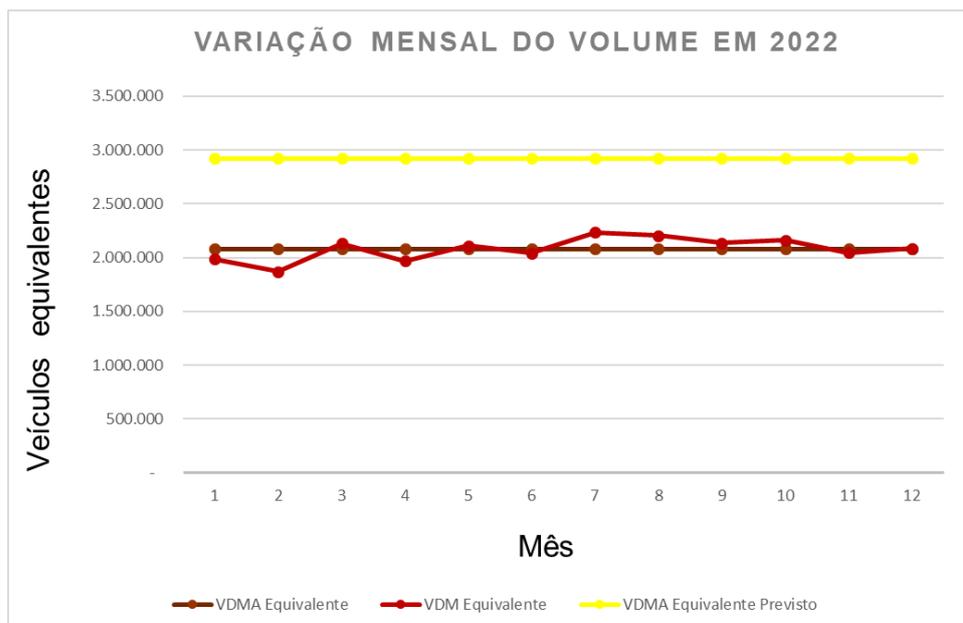


4. INDICADORES OPERACIONAIS

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, ainda em função da lenta retomada da economia em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo em vista que, visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros decretaram Estado de Emergência. Em 20 de março de 2020, foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional e, dentre as várias medidas implementadas houve a determinação de fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. A partir de 2021 a retomada da economia vem acontecendo de lentamente.



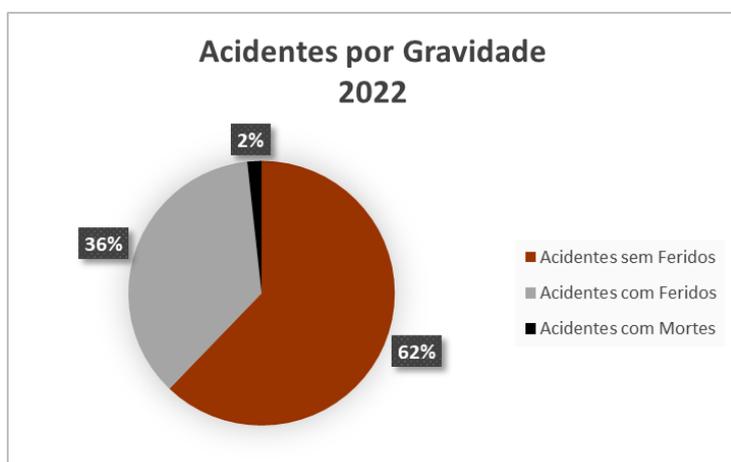
4.2 Segurança do Trânsito

4.2.1 Acidentes

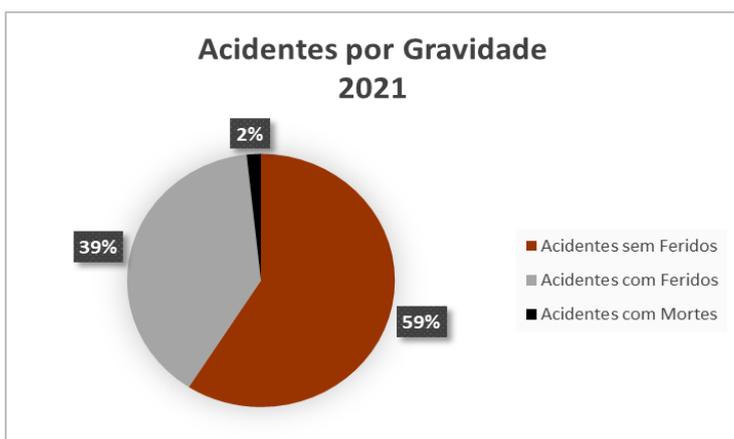
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

Percentual e acidentes por gravidade em 2022

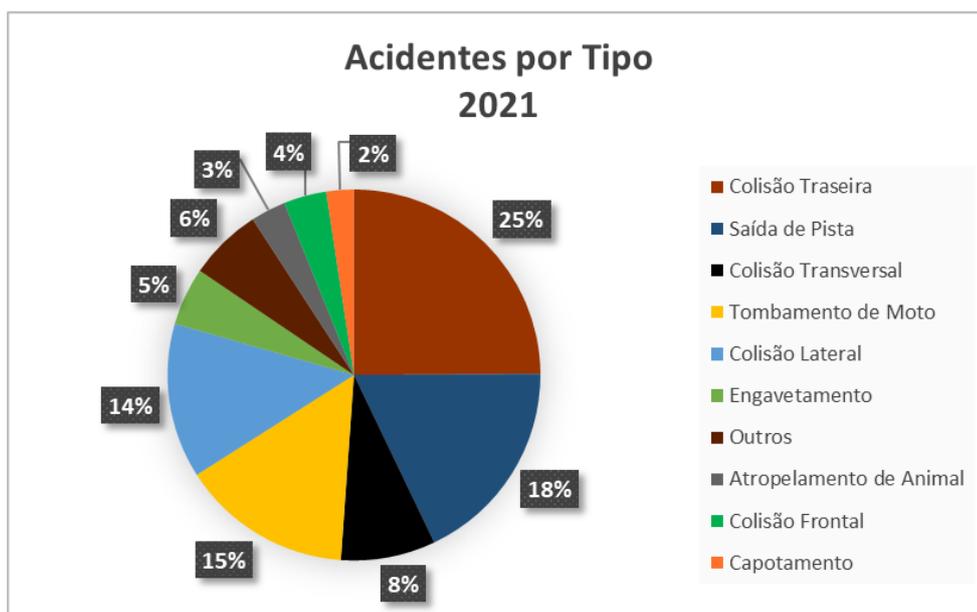
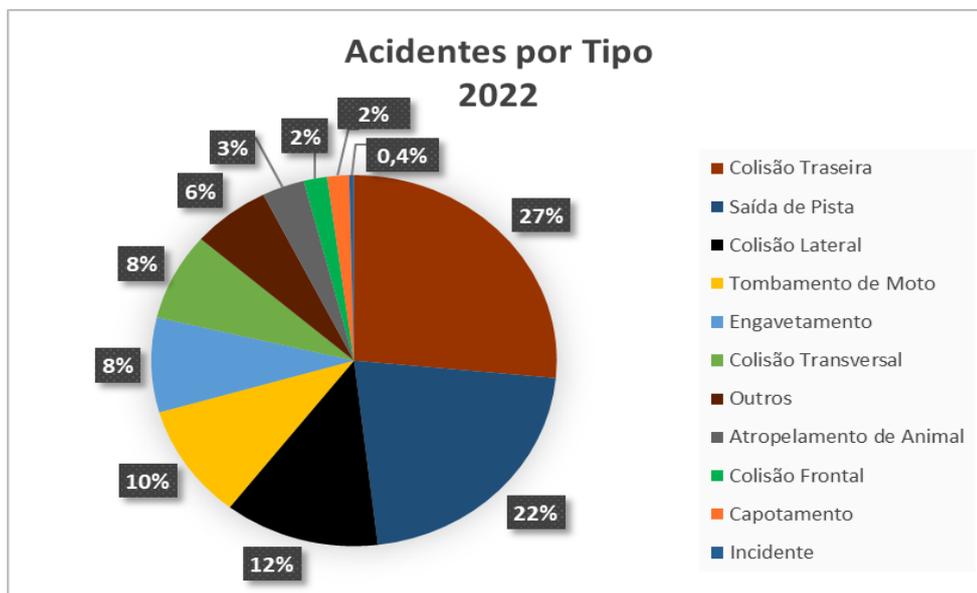


Percentual e acidentes por gravidade em 2021



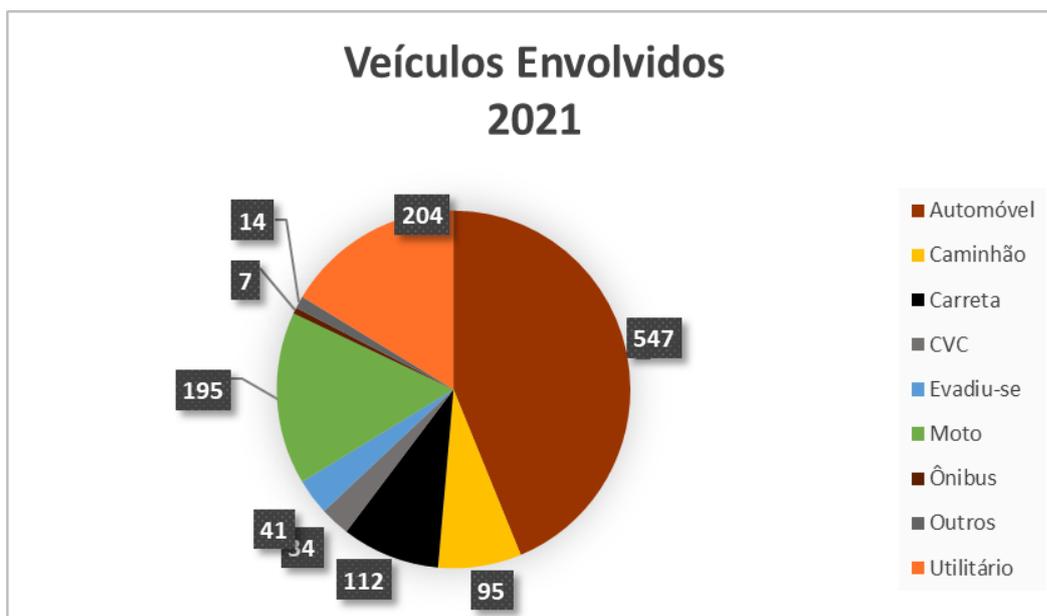


O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.





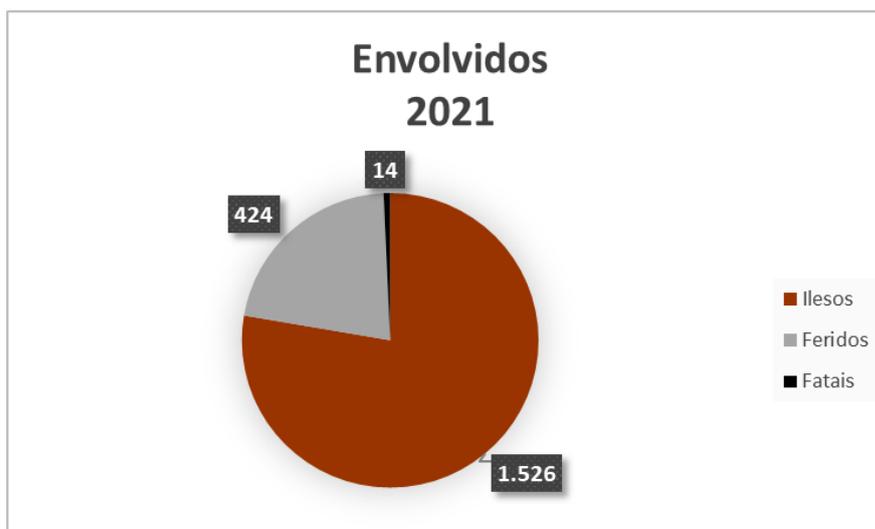
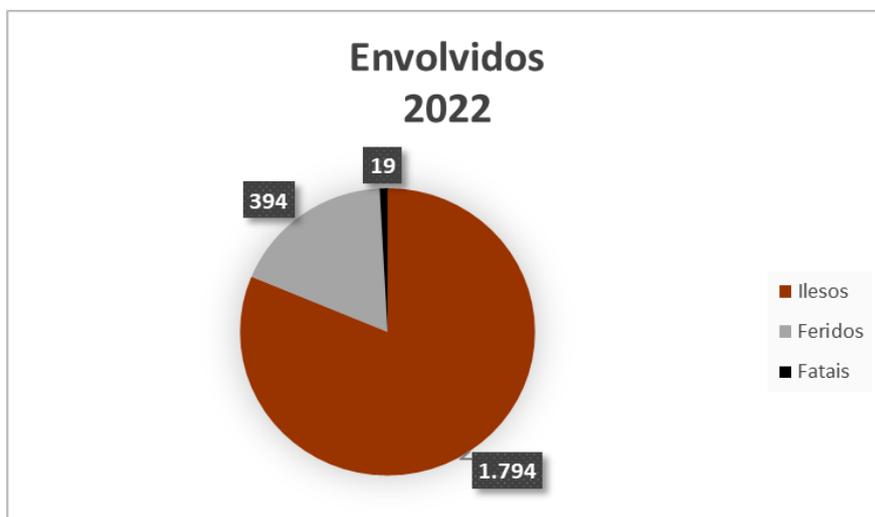
O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



* Combinação Veicular de Carga - CVC.



O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia. Observa-se que houve aumento do número de sinistros (fatais) no ano de 2022, comparado ao ano de 2021.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

**Tipos de veículos alocados na concessão**

Tipo de veículo	Quantidade	Otde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Plataforma Elevatória	1	0,31
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	29	9,02
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Administração Faixa de Domínio	1	0,31
Manutenção Predial	2	0,62
Manutenção Eletroeletrônica	5	1,55
Conservação de Rotina	5	1,55
Apoio à Conservação Rotina	8	2,49
Veículo Administrativo	5	1,55
Veículo Engenharia	2	0,62
Veículo Obras	2	0,62
Roçada Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	2	0,62
Veículo ANTT	2	0,62
Transporte Roçada	10	3,11
Veículo Meio Ambiente	1	0,31
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Segurança do Trabalho	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
Total de veículos de apoio	61	18,97
Total de veículos	90	27,99



4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de Função	Quantidade	Otde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,40
Supervisor de Trafego	1	0,40
Assistente de Operações	4	1,60
Inspetor de Trafego	16	6,41
Operador de Guincho Leve	35	14,01
Operador de Guincho Pesado	10	4,00
Operador de Caminhão Boiadeiro	4	1,60
Operador de Caminhão Pipa	4	1,60
Operador de Guindauto	1	0,40
Auxiliar de Operações	8	3,20
Operador de CCO	9	3,60
Atendente de 0800	4	1,60
Médico	15	6,01
Enfermeiro	10	4,00
Socorrista	121	48,44
Total de pessoal Operacional	243	97,29
Supervisor de Arrecadação	1	0,40
Controlador de Pedágio	16	6,41
Agente de Pedágio	86	34,43
Auxiliar de serviços Gerais	5	2,00
Total de Pessoal de Pedágio	108	43,24
Total	351	140,53



4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas (em R\$ mil)

A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2022 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R\$ mil	2022	Acumulado
Receita com Pedágio	193.220	1.510.607
Receita extraordinária	4.469	47.832
Total	197.689	1.558.439

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2022, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos (em R\$ mil)

R\$ mil	2022	Acumulado
Investimentos	85.671	884.726

4.4.3 Custos Operacionais (em R\$ mil)

R\$ mil	2022	Acumulado
Custos Operacionais	108.984	877.412

Tarifas de Pedágio

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil)

Categoria	Categoria de veículos													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7	8	9	10	
Rodagem	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00	
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00	
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00	
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00	



5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	24.977	24.004	4,1%
Leves	6.866	6.704	2,4%
Pesados	18.111	17.300	4,7%

Em 2022, foram pedagiados 25,0 milhões de veículos equivalentes, aumento de 4,1% em relação a 2021. O tráfego foi impactado pela lenta retomada da economia em virtude do término da pandemia.

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 104,2M, aumento de 20,2% em relação a 2021, cujo valor adicionado foi de R\$ 86,8M. Esta variação deve-se principalmente a recuperação econômica.

R\$ - mil	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	259.769	205.263	26,6%
Receitas de Pedágio	193.220	172.819	11,8%
Receitas Acessórias	4.469	3.830	16,7%
Receitas de Construção (IFRS)	79.377	43.788	81,3%
Tributos incidentes	(17.297)	(15.174)	14,0%
Receita Líquida Ajustado¹	180.392	161.475	11,7%

¹ Exclui Receitas de Construção e Provisões

6.2 Receita Operacional

- **Receita de Pedágio** – A receita com pedágio em 2022 foi de R\$ 193,2M, o que representou um aumento de R\$ 20,4M em relação ao ano anterior, devido a alteração no valor da tarifa de pedágio para R\$ 8,00 a partir do dia 18/11/2022, em função da Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022 e aumento do tráfego em 4,1% comparado ao ano anterior.
- **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias somaram R\$ 4,5M em 2022, aumento de R\$ 0,6M em relação à 2021, proveniente do recebimento do uso da faixa de domínio.



- **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2022 e 2021 os valores de R\$ 79,3M e R\$ 43,8M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

R\$ - mil	2022	2021	Δ%
Custos e Despesas	208.560	161.285	29,3%
Pessoal	29.365	23.711	23,8%
Amortização intangível e ativos de contrato	40.396	34.908	15,7%
Serviços de terceiros	8.476	7.543	12,4%
Conserv. de revestimento vegetal	426	725	-41,2%
Conserv. de pavimento flexível	7.751	4.534	71,0%
Serviço de atendimento hospitalar	9.050	8.586	5,4%
Custo de contrato concessão	7.934	6.791	16,8%
Provisão para manutenção	840	1.417	-40,7%
Custo de construção	79.377	43.788	81,3%
Material, equipamentos e veículos	16.436	701	2244,7%
Remuneração dos diretores	3.218	2.977	8,1%
Serviço de consultoria jurídica	2.954	9.298	-68,2%
Baixa e perdas com PCLD	- 5.217	-	0,0%
Depreciação do imobilizado	2.573	2.247	14,5%
Outros	4.981	14.059	-64,6%
Custos e Despesas Ajustados¹	86.214	80.342	7,3%

- **Custos com pessoal** – Aumento dos custos com assistência médica e dissídio coletivo.
- **Serviços de terceiros** – Aumento com serviços relacionados sinalização vertical e horizontal.
- **Conservação de pavimento flexível** – Aumento no custo dos insumos relacionados aos gastos com a manutenção do pavimento.
- **Custo de Contrato de concessão** – Aumento dos gastos relacionados aos seguros da rodovia/garantia e a verba de fiscalização.
- **Material, equipamentos e veículos** – Aumento no custo dos insumos relacionados aos gastos com a manutenção do pavimento.



- **Baixa e perdas com PCLD** – Reversão de provisão para devedores duvidosos em virtude do recebimento de títulos a receber judicializados.

6.4 Resultado Financeiro

R\$ - mil	2022	2021	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	2.145	355	1.790	504,2%
Rendimento de aplicações financeiras	2.145	355	1.790	504,2%
Despesas Financeiras	(38.465)	(13.061)	(25.404)	194,5%
Juros sobre Financiamentos	(30.738)	(8.955)	(21.783)	243,2%
Outras	(7.727)	(4.106)	(3.621)	88,2%
Resultado Financeiro	(36.320)	(12.706)	(23.614)	185,8%

O resultado financeiro da Companhia em 2022 totalizou R\$ 36,3M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 23,6M em relação a 2021. Este aumento ocorreu principalmente pela captação das debêntures e o aumento nas taxas de juros.

6.5 Disponibilidade e Endividamento

6.5.1 Captações de Recursos

Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 272,2M. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal. Em 14 de abril de 2022 foi realizada a quitação integral do Finem (BNDES) no valor de R\$86.153 com recursos provenientes da emissão de debentures.

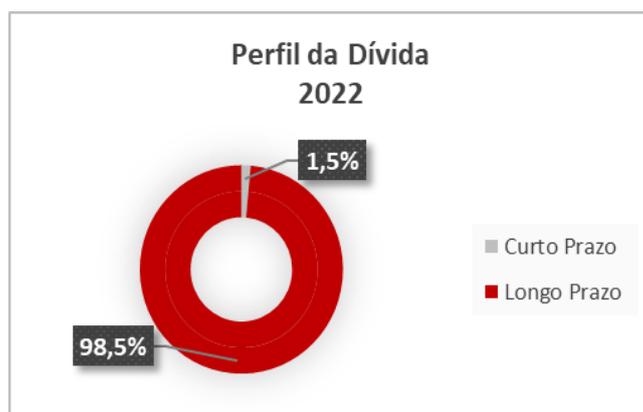
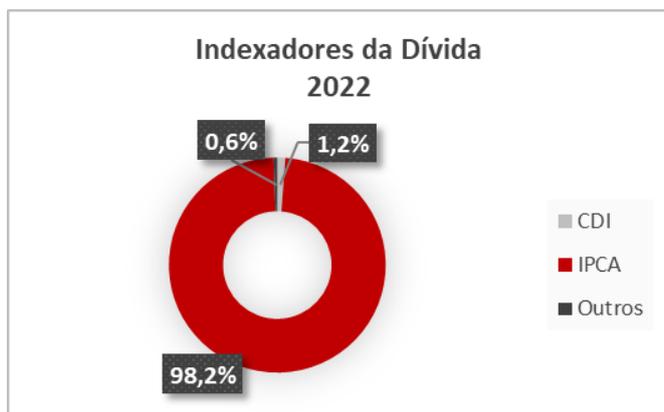
Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$ 25M. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 31 de outubro de 2023.

Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, com carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros IPCA + 9,6% a.a.



Endividamento R\$ mil	2022	2021	Δ%
Curto Prazo	4.163	35.720	-88,3%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	4.163	35.720	-88,3%
Longo Prazo	280.780	65.093	331,4%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	280.780	65.093	331,4%
Dívida Bruta	284.943	100.813	182,6%
Caixas e Equivalentes de Caixa	23.763	2.115	1023,5%
Dívida Líquida	261.180	98.698	164,6%
EBITDA	57.858	67.879	-14,8%
Dívida Líquida/ EBITDA	4,51	1,45	210,5%

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 23,7M, superior ao saldo de 2021 que foi de R\$ 2,1M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2022 é de R\$ 284,9M, um aumento de R\$ 184,1M em relação ao saldo de dezembro/2021 motivada pela quitação do Finem (BNDES) e a captação das Debentures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 98,5% do total.



6.6 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2022	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	5.022	559.002
Manutenção da Infraestrutura Operacional	623	46.349
Obras e Melhoramentos	78.949	261.960
Outros	1.077	17.416
Total	85.671	884.727



Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário.

Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, microrevestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R\$ 885 milhões de investimentos foram realizados nos treze primeiros anos da companhia.



6.7 Concessionária em números

Tabela - Rodovias																
Dados anuais																
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.															
Número de veículos que transitaram	CATEGORIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	TOTAL	
	VEICULOS	6.608.656	774.706	66.932	640.834	9.464	440.808	321.555	1.227.150	275.456	196.812	4.504	243.029	136	10.810.042	
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.															
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicletas Motorizadas R\$ 4,00; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 8,00; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-tractor e furgão R\$ 16,00; Automóvel e caminhonete com semirreboque R\$ 12,00; Caminhão, caminhão-tractor, caminhão-tractor com semirreboque e ônibus R\$ 24,00; Automóvel e caminhonete com Reboque R\$ 16,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 4 eixos duplos R\$ 32,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 5 eixos duplos R\$ 40,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 6 eixos duplos R\$ 48,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 7 eixos duplos R\$ 56,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 8 eixos duplos R\$ 64,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 72,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 80,00; Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 10 eixos duplos R\$ 80,00 e Caminhão com reboque e caminhão tractor com semirreboque 11 eixos duplos R\$ 88,00.															
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.															
Transito Médio Diário Equivalente	68.430															
Trânsito Médio Anual Equivalente	2.081.412															
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples, 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.															
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.															
Receita de Pedágio	193.220															
Custos associados às receitas de pedágio	126.281															
Fator Trabalho																
	Administrativo	Operação	Conservação													
Número de Trabalhadores	64	381	182													
Despesas de Pessoal	13.326	23.821	16.004													
Fator Capital																
Despesas de Depreciação/Amortização	272.085															
Ativo Líquido	612.641															
Ativo Bruto	884.726															
Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671
Fatores Intermediários																
Despesas em Administração	6.747															
Despesas em Manutenção	922															
Outras Despesas	1.184															
Seguridade																
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade	Quant.														
	Acidentes com Mortes	16														
	Acidentes com Feridos	286														
	Acidentes sem Feridos	498														
	Total	800														
Indicadores																
Receita por veículo	17,87															
Custo por veículo	11,68															



6.8 Balanço Social

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2022 - Valor			2021 - Valor		
Faturamento bruto	277.066			220.437		
Receita líquida (RL)	259.769			205.263		
Resultado operacional (RO)	46.656			43.557		
Folha de pagamento bruta (FPB)	53.151			47.085		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	32.583			26.688		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	20.568			20.397		

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.843	5,3%	1,1%	2.582	5,5%	1,3%
Encargos Sociais	5.808	10,9%	2,2%	4.550	9,7%	2,2%
Saúde	4.320	8,1%	1,7%	4.107	8,7%	2,0%
Segurança e Saúde no trabalho	447	0,8%	0,2%	369	0,8%	0,2%
Educação	58	0,1%	0,0%	25	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4	0,0%	0,0%	11	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.757	3,3%	0,7%	1.593	3,4%	0,8%
Outros	447	0,8%	0,2%	307	0,7%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	15.684	29,5%	6,0%	13.544	28,8%	6,6%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	71	0,1%	0,0%	123	0,3%	0,1%
Educação	25	0,0%	0,0%	7	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	96	0,2%	0,0%	130	0,3%	0,1%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	96	0,2%	0,0%	130	0,3%	0,1%

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	336	0,6%	0,1%	291	0,6%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	86	0,2%	0,0%	149	0,3%	0,1%
Total de investimentos em meio ambiente	421	1%	0,2%	440	1%	0,2%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas			() Não possui metas		
	() Cumpre de 0 a 50%			() Cumpre de 0 a 50%		
	() Cumpre de 50 a 70%			() Cumpre de 50 a 70%		
	(X) Cumpre de 75 a 100%			(X) Cumpre de 75 a 100%		



5 - Indicadores do corpo funcional	2022	2021
Nº de colaboradores no final do período	392	383
Tempo de serviço	9% até seis meses 12% de seis meses a um ano 13% entre um e dois anos 29% entre dois e cinco anos 37% mais de cinco anos	11% até seis meses 8% de seis meses a um ano 15% entre um e dois anos 40% entre dois e cinco anos 26% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	80	75
Nº de demissões durante o período	75	84
Nº de estagiários (as)	0	1
Nº de colaboradores terceirizados	591	420
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	32	37
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	262	255
Nº de colaboradores acima de 45 anos	98	91
Nº de mulheres que trabalham na concessionária	162	155
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	5.492	4.931
Nº de negros (as) que trabalham na concessionária	189	171
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	12	14
Total de horas extras trabalhadas	17.035	12.690
Total de horas extras pagas	17.035	12.690
Total de INSS pagos	4.708	3.643
Total de FGTS pagos	1.099	907
Total de contribuição sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	867	4.492
Total de CSLL recolhida no período	318	1.666
Total de PIS recolhida no período	1.300	1.157
Total de COFINS recolhida no período	6.279	5.343
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	9.718	8.675

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022	2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,24	15,96
Número total de acidentes de trabalho	32	34

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção |
| <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input type="checkbox"/> todos os colaboradores | <input type="checkbox"/> todos os colaboradores |

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input type="checkbox"/> todos os colaboradores | <input type="checkbox"/> todos os colaboradores |
| <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA | <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA |

Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não se envolve | <input type="checkbox"/> não se envolve |
| <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT | <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT |
| <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT | <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT |
| <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção |
| <input type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input type="checkbox"/> todos os colaboradores | <input type="checkbox"/> todos os colaboradores |

A participação nos lucros ou resultados contempla:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção |
| <input type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores | <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores |

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não são considerados | <input type="checkbox"/> não são considerados |
| <input type="checkbox"/> são sugeridos | <input type="checkbox"/> são sugeridos |
| <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos |
| <input type="checkbox"/> não se envolve | <input type="checkbox"/> não se envolve |

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> apoio | <input type="checkbox"/> apoio |
| <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva |

% de reclamações e críticas solucionadas:

- | | |
|-------------------------|-------------------------|
| 100 % na Concessionária | 100 % na Concessionária |
| 100 % no PROCON | 100 % no PROCON |
| 100 % na justiça | 100 % na justiça |

7 - Valor adicionado total a distribuir:	104.299	86.805
--	---------	--------

Distribuição do Valor Adicionado

- | | |
|-------------------|-------------------|
| 26% governo | 34% governo |
| 0% acionistas | 0% acionistas |
| 27% colaboradores | 27% colaboradores |
| 38% terceiros | 16% terceiros |
| 9% retido | 23% retido |



6.9 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

6.10 Demais Assuntos

6.10.1 Desequilíbrio Contratual

São apresentados na relação abaixo os principais pleitos da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os pleitos formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório.

Importante destacar que os pleitos de duplicação da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) decorrem da constatação da saturação do nível de serviço operacional da Rodovia e da premente necessidade de reestabelecer esse nível de serviço previsto no Contrato de Concessão, garantindo-se segurança e qualidade aos usuários, em prol do interesse público. Cumpre esclarecer que a única obra capaz de reestabelecer o nível de serviço contratual é a duplicação da rodovia, conforme relatórios e pareceres elaborados por terceiros especialistas.

- (i) Duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao km 195+200) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão (atualização do Projeto Executivo e Orçamentos a pedido da Agência, bem como a inclusão dos valores no fluxo econômico-financeiro da concessão);
- (ii) Duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão;
- (iii) Contorno de Marília (km 227+960 ao km 268+000);



- (iv) Correção da alíquota do PIS/COFINS;
- (v) Pagamento de Receita Acessória para uso da faixa de domínio da Concessionária Entrevias;
- (vi) Perda de Receita em decorrência da Greve dos Caminhoneiros;
- (vii) Edição da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão, como resultado do maior desgaste do pavimento;
- (viii) Perda de Receita em decorrência da pandemia da COVID-19.
- (ix) Implantação de OCR (*Optical Character Recognition*).
- (x) Pagamento de Receita Acessória para uso da faixa de domínio da Concessionária Eixo.
- (xi) Custos para implantação do SIR – Módulo “Atendimento”.
- (xii) Custos para criação de *View* para o Centro Nacional de Supervisão Operacional – CNSO.
- (xiii) Pleito em razão dos impactos no aumento dos insumos
- (xiv) Ampliação dos gastos para manutenção e conservação do trecho duplicado (pista nova) - km 256,0 ao km 258,1 da BR-153/SP.
- (xv) Manutenção e conservação da obra de melhoria dos acessos: (i) Km 150+900 e (ii) Km 278+500, Km 314+180 e Km 322+870 da BR-153/SP.

6.11 Agradecimentos

A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.3 as demonstrações contábeis, que informa que os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados pelas razões mencionadas na referida Nota, conforme determinado pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Em 23 de março de 2022, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Incorporação de efeitos da ação de revisão contratual nos estudos efetuados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade de seu ativo intangível.

A Companhia mantém processo de revisão ordinária contratual junto a ANTT buscando, através de pleito de recomposição tarifária, o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

Baseada em Ofício emitido pela ANTT, que indica a estimativa de adoção da nova tarifa básica a partir de maio de 2023, a Companhia utilizou como premissa a tarifa ajustada em seus estudos e projeções a partir dessa data.

O cálculo de estimativas requer julgamento relevante por parte da Administração e modificações em relação às premissas utilizadas poderia gerar efeitos significativo sobre os estudos de recuperabilidade do ativo intangível. Assim, em função de sua relevância, consideramos esse tema como Principal Assunto de Auditoria - PAA no exercício de 2022.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Inspeção de todos os documentos que envolvem e suportam a solicitação de revisão contratual;
- Análise do Ofício ANTT emitido em 10 de fevereiro de 2023;
- Entendimento dos argumentos apresentados pela administração em relação às premissas significativas consideradas no teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis pelo valor em uso.
- Avaliação, da metodologia de teste de recuperabilidade utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível;
- Verificação de informações setoriais e as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração nos estudos de recuperabilidade de seu ativo intangível de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações da Notas Explicativas nºs 01 e 08 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.763	2.115
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	9.831
Contas a receber	5	10.757	8.560
Impostos a recuperar		1.081	665
Despesas antecipadas		1.226	1.275
Partes relacionadas	6	-	11.313
Outros créditos		2.141	969
Total do ativo circulante		38.968	34.728
Não circulante			
Contas a receber	5	768	764
Tributos diferidos	13.a	-	1.292
Depósitos judiciais		5.279	3.158
Ativos de Direito de uso		920	426
Imobilizado	7	3.718	4.402
Intangível	8	447.635	473.830
Ativo de contrato	8	188.734	90.721
Total do ativo não circulante		647.054	574.593
Total do ativo		686.022	609.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	4.163	35.720
Fornecedores	11	26.407	35.916
Impostos, taxas e contribuições		3.852	6.595
Obrigações sociais		4.454	4.818
Provisão para manutenção	12	5.964	4.600
Partes relacionadas	6	597	603
Dividendos a pagar		3.659	1.438
Obrigações infraestrutura a realizar	25.c	12.527	11.564
Passivos de arrendamento		396	452
Outras contas a pagar		5.155	6.935
Total do passivo circulante		67.174	108.641
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	845	65.093
Debentures	10	279.935	-
Fornecedores	11	1.675	362
Impostos, taxas e contribuições		6.127	3.035
Provisão para manutenção	12	4.334	4.172
Tributos diferidos	13.a	3.057	-
Partes relacionadas	6	16.273	134.048
Provisão para demandas judiciais	14	6.082	4.870
Passivos de arrendamento		635	62
Outras contas a pagar		8.227	9.714
Total do passivo não circulante		327.190	221.356
Patrimônio líquido	15		
Capital social		220.535	220.535
Adiantamento para futuro aumento de capital		63.421	58.221
Reservas de lucros		7.702	568
Total do patrimônio líquido		291.658	279.324
Total do passivo e patrimônio líquido		686.022	609.321

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	259.769	205.263
Custos dos serviços prestados	17	(188.361)	(135.646)
Lucro bruto		71.408	69.617
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(24.752)	(26.060)
		46.656	43.557
Outros resultados operacionais	17	4.553	(127)
		51.209	43.430
Receita financeira		2.145	355
Despesa financeira		(38.465)	(13.061)
Resultado financeiro líquido	18	(36.320)	(12.706)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.889	30.724
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.b	(1.185)	(6.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	(4.348)	(4.428)
		(5.533)	(10.586)
Lucro líquido do exercício		9.356	20.138
Lucro básico e diluído por ação em Reais - R\$	15.b	0,02186	0,04704

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	9.356	20.138
Total de resultado abrangente do exercício	<u>9.356</u>	<u>20.138</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		320.535	53.434	-	-	(19.393)	354.576
Adiantamento para futuro aumento de capital			4.787	-	-		4.787
Redução de capital social		(100.000)					(100.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.138	20.138
Destinação do lucro:	15						
Reserva legal		-	-	37	-	(37)	-
Constituição de dividendos a pagar		-	-	-	-	(177)	(177)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	531	(531)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado NE 2.3)		220.535	58.221	37	531	-	279.324
Adiantamento para futuro aumento de capital			5.200				5.200
Lucro líquido do exercício						9.356	9.356
Destinação do lucro:	15						
Reserva legal				468		(468)	
Constituição de dividendos a pagar						(2.222)	(2.222)
Constituição de reserva de lucros					6.666	(6.666)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		220.535	63.421	505	7.197	-	291.658

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.356	20.138
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	42.603	37.155
Amortização e depreciação de arrendamentos	351	280
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.216)	-
Provisão para manutenção	1.526	2.446
Provisão para demandas judiciais	(4.904)	1.075
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	31.223	9.850
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	2.507	2.652
Rendimento de aplicação financeira	(2.146)	(394)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.348	4.428
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	(2.201)	(3.485)
Despesas antecipadas	49	(914)
Impostos a recuperar	(416)	258
Outros créditos	10.140	(11.193)
Depósitos judiciais	(2.121)	(115)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(8.198)	16.993
Impostos, taxas e contribuições	(4.000)	6.152
Obrigações sociais	(364)	(1.747)
Partes relacionadas	(117.781)	2.160
Outros passivos	13.330	2.062
Amortização de juros e encargos de empréstimos e financiamentos	(4.462)	(8.965)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(36.376)	78.836
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de aplicações financeiras	136.989	(2.881)
Resgate de aplicações financeiras	(147.475)	2.743
Aquisição de imobilizado	(2.070)	(1.568)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(114.174)	(46.382)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(126.730)	(48.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	467	289
Captação de debentures	275.400	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(96.313)	(39.812)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.200	4.787
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	184.754	(34.736)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	21.648	(3.988)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.115	6.103
Saldo final de caixa e equivalentes	23.763	2.115

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	277.066	220.859
Arrecadação de pedágios	193.220	172.819
Receitas de construção - ativos da concessão	79.377	43.788
Outras receitas	4.469	4.252
Insumos adquiridos de terceiros	(132.310)	(97.253)
Custos serviços prestados	(34.097)	(37.484)
Custo de construção - ativos da concessão	(79.377)	(43.788)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.836)	(15.982)
Valor adicionado bruto	144.756	123.605
Retenções	(42.603)	(37.155)
Depreciação e amortização	(42.603)	(37.155)
Valor adicionado líquido	102.153	86.450
Valor recebido em transferência	2.146	355
Receitas financeiras	2.146	355
Valor adicionado total a distribuir	104.299	86.805
Distribuição do valor adicionado	(104.299)	(86.805)
A - Pessoal e encargos	27.876	23.047
Remuneração direta	17.712	13.706
Benefícios	7.613	6.998
FGTS	1.099	907
Outros	1.452	1.436
B - Impostos, taxas e contribuições	27.617	29.468
Federais	17.820	20.728
Estaduais	79	65
Municipais	9.718	8.675
C - Remuneração de capitais de terceiros	39.450	14.153
Juros	4.969	8.955
Aluguéis	985	793
Outras	33.496	4.405
D - Remunerações de capital próprio	9.356	20.138
Lucro	9.356	20.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$4,30 para R\$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3).

Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU.

Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU.

Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda.

Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que “mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários” e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP.

A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido.

Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016.

No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio (“TBP”) para R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2021, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2021), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata.

Embora tivesse a Companhia a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2021, de modo que a TBP voltou a ser de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2021.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2021. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2021, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio. Assim, a partir da zero hora do dia 16 de abril de 2021 foi aplicada a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa aplicada também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação.

Em 16 de novembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022 em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 18 de novembro de 2022, a tarifa de R\$ 8,00 vem sendo aplicada. O novo valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2020), sendo importante consignar que os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base para preparação e apresentação das informações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis em 14 de março de 2023.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber:

2.2. Novas normas contábeis

2.2.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas não adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).	<ul style="list-style-type: none">• Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;• Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e• Referências à Estrutura conceitual.	1º de janeiro de 2022
Alterações IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards	<ul style="list-style-type: none">• Subsidiária como adotante pela primeira vez das normas internacionais de contabilidade	1º de janeiro de 2022
Alterações IFRS 9 Financial Instruments	<ul style="list-style-type: none">• Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)	1º de janeiro de 2022
Alterações IAS 41 Agriculture	<ul style="list-style-type: none">• Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)	1º de janeiro de 2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia e suas controladas ou sobre as divulgações nestas Demonstrações contábeis.

2.2.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alteração no IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

2.3 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, procedemos com as reclassificações, retrospectivamente, que não foram refletidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Redução de capital no montante de R\$ 100.000, sem o cancelamento de ações, nos termos do artigo 173 e 174 da lei das Sociedades por Ações, aprovado em 13 de agosto de 2021 e registrado em 27 de outubro de 2021.
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estavam registrados no Ativo Não Circulante e no Passivo não Circulante. Em virtude da revisão de prática contábil para a apresentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos.

Os efeitos acima mencionados não impactaram a demonstração do resultado do exercício.

Para a Demonstração do fluxo de caixa houve redução do capital social e aumento de partes relacionadas sem efeito caixa.

Abaixo estão apresentados os efeitos comparativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2021:

	Originalmente Divulgado	Ajustes / Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	34.728	-	34.728
Tributos diferidos	14.563	(13.271)	1.292
Outros ativos não circulantes	573.301	-	573.301
Total do ativo não circulante	587.864	(13.271)	574.593
Total do ativo	622.592	(13.271)	609.321
Passivo circulante	108.641	-	108.641
Partes relacionadas	34.048	100.000	134.048
Tributos diferidos	13.271	(13.271)	-
Outros passivos não circulantes	87.308	-	87.308
Passivo não circulante	134.627	86.729	221.356
Capital social	320.535	(100.000)	220.535
Adiantamento para futuro aumento de capital	58.221	-	58.221
Reserva de lucros	568	-	568
Patrimônio Líquido	379.324	(100.000)	279.324
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	622.592	(13.271)	609.321

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa geral	796	524
Saldos bancários	22.703	1.591
Aplicações financeiras	264	-
	23.763	2.115

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Bando do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

4. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	-	9.831
	-	9.831

Tratava-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 94% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, onde foi realizado o resgate total em 27 de abril de 2022 após quitação total do Finem (BNDES) em 14 de abril de 2022, conforme descrito na nota explicativa nº 09.

5. Contas a receber

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Arrecadação de pedágio	10.576	6.803
Receitas acessórias	949	6.066
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	(5.216)
Total	11.525	7.653
Circulante	10.757	6.889
Não Circulante	768	764

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia realizou a baixa total dos valores R\$5.216 provisionados para crédito de liquidação duvidosa após o recebimento e finalização do processo judicial junto ao cliente em atraso das receitas acessórias.

6. Partes relacionadas

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes.

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

	Nota	Saldo aberto em		Compras em	
		31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	15.135	33.153	1.781	1.951
Construtora Triunfo S.A.	(ii)	1.709	1.472	1.840	5.148
BRvias Holding TBR	(iii)	-	100.000	-	-
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(iv)	26	26	-	-
		16.870	134.651	3.621	7.099
Circulante		597	603		
Não Circulante		16.273	134.048		

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O valor devido à Triunfo é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia.
- (ii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção.
- (iii) Redução do capital social na controlada Transbrasiliana, conforme notas explicativas nº 2.3 e 15.
- (iv) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda, pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

7. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2021	2.247	2.398	447	8.546	755	14.393
Adições	143	321	34	1.406	166	2.070
Baixas	(51)	(14)	(1)	(929)	(83)	(1.078)
Saldo em 31/12/2022	2.339	2.705	480	9.023	838	15.385
Depreciação						
Saldo em 31/12/2021	(1.498)	(1.184)	(308)	(6.781)	(220)	(9.991)
Adições	(312)	(256)	(45)	(1.587)	(39)	(2.239)
Baixas	17	2	3	541	-	563
Saldo em 31/12/2022	(1.793)	(1.438)	(350)	(7.827)	(259)	(11.667)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2021	749	1.214	139	1.765	535	4.402
Saldo em 31/12/2022	546	1.267	130	1.196	579	3.718
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento das demonstrações contábeis e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível e Ativo de Contrato (Intangível em construção)

	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)	Adiantamento Obras (iv)	Total do intangível em construção
Custo							
Saldo em 31/12/2021	553.980	133.620	687.600	87.620	9.442	-	97.062
Adições	5.661	4.738	10.399	76.329	-	27.446	103.775
Baixas	(936)	(259)	(1.195)	(854)	-	-	(854)
Transferências	292	4	296	(296)	-	-	(296)
Saldo em 31/12/2022	558.997	138.103	697.100	162.799	9.442	27.446	199.687
Amortização							
Saldo em 31/12/2021	(181.239)	(32.531)	(213.770)	(6.341)	-	-	(6.341)
Adições	(24.419)	(11.330)	(35.749)	(4.615)	-	-	(4.615)
Baixas	53	1	54	3	-	-	3
Saldo em 31/12/2022	(205.605)	(43.860)	(249.465)	(10.953)	-	-	(10.953)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2021	372.741	101.089	473.830	81.279	9.442	-	90.721
Saldo em 31/12/2022	353.392	94.243	447.635	151.846	9.442	27.446	188.734
Taxa de amortização %	7,36	7,36					

- (i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais.
- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Valores referente a adiantamento para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível e Ativo de contrato (Intangível em construção)

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2023 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de contrato (Intangível em construção)

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações Trimestrais. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 154.756 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar (R\$ 81.279 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2021).

9. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	-	92.574
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2023	3.406	6.603
CCB	12,56%	-	2025	1.602	1.636
Total				5.008	100.813
Circulante				4.163	35.720
Não circulante				845	65.093

(i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$272.231, com exigibilidade mensal o financiamento possui as seguintes garantias:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R\$9.705 (nota explicativa nº 4);
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária.

Em 14 de abril de 2022 foi realizado a quitação integral do Finem (BNDES) no valor de R\$86.153 com recursos provenientes da emissão de debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

(ii) Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998, com exigibilidade trimestral.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022, possuem taxa média ponderada de 15,34% a.a. (8,56% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2024	513
2025	318
2026	14
	845

10. Debêntures

					Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	2022	2021
TBR	8º	275.400	25/03/2033	275.400	(26.452)	248.948	IPCA + 9,6% a.a.	279.935	-

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal.

Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2024	28.544
2025	31.025
2026	31.220
2027	30.992
2028 até 2033	158.154
	279.935

11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores diversos	18.933	27.855
Retenções (i)	9.149	8.423
	28.082	36.278
Circulante	26.407	35.916
Não Circulante	1.675	362

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

12. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o exercício é como segue:

Resumo da movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.772	6.326
Adições	1.526	2.446
Saldo final	10.298	8.772
Circulante	5.964	4.600
Não Circulante	4.334	4.172

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R\$
2023	5.964
2024	2.873
2025	1.461
	10.298

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 23.404 acumulados até 31 de dezembro de 2022. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - ativo e passivo

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Ativo		
Provisões	5.858	7.019
Prejuízo fiscal e base negativa	7.957	7.544
	<u>13.815</u>	<u>14.563</u>
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(8.447)	(9.096)
Outros	(8.425)	(4.175)
	<u>(16.872)</u>	<u>(13.271)</u>
	<u>(3.057)</u>	<u>1.292</u>

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano	R\$
2023	4.674
2024	3.283
Total	7.957

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	14.889	30.724
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto à alíquota nominal	(5.062)	(10.446)
Adições permanentes	(223)	(83)
Adições temporárias	(248)	(57)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.185)	(6.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.348)	(4.428)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.533)	(10.586)
Alíquota efetiva	37%	34%

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2022, está provisionado o montante de R\$6.082 (R\$4.870 em 31 de dezembro de 2021), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.447	423	4.870
Adições	3.696	153	3.849
Pagamentos	(1.505)	(77)	(1.582)
Reversões	(904)	(151)	(1.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.734	348	6.082

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$62.061 em 31 de dezembro de 2022 (R\$29.017 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	99	57.760	118	26.823
Trabalhistas	72	4.301	59	2.194
Total	171	62.061	177	29.017

15. Patrimônio líquido

a) Capital social (reapresentado)

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$220.535 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2021) totalmente integralizado, representado por 428.071.224 (mesma quantidade em dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2022, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R\$63.421, com previsão de ser convertido em capital social no próprio exercício.

c) Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Exercício findo em	Resultado do exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em reais
31/12/2021	20.138	428.071.224	0,04704
31/12/2022	9.356	428.071.224	0,02186

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de pedágios	193.220	172.819
Receitas acessórias	4.469	3.830
Receita de construção - ativos da concessão	79.377	43.788
Tributos incidentes	(17.297)	(15.174)
	259.769	205.263

A variação da receita de construção para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 se teve pelo início da obra da duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800.

Reconhecimento e mensuração

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Conseqüentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

17. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Por natureza		
<i>Custo operacional</i>		
Pessoal	29.365	23.711
Amortização intangível e ativos de contrato	40.396	34.908
Serviços de terceiros	8.476	7.543
Conserv. de revestimento vegetal	426	725
Conserv. de pavimento flexível	7.751	4.534
Serviço de atendimento hospitalar	9.050	8.586
Custo de contrato concessão	7.934	6.791
Provisão para manutenção	840	1.417
Custo de construção	79.377	43.788
Material, equipamentos e veículos	16.436	10.776
Remuneração dos diretores	3.218	2.977
Serviço de consultoria jurídica	2.954	9.298
Baixa e perdas com PCLD	(5.216)	-
Depreciação do imobilizado	2.573	2.247
Outros	4.980	3.984
	<u>208.560</u>	<u>161.285</u>

Por função

Custo dos serviços prestados	188.361	135.646
Despesas operacionais	24.752	26.060
Outros resultados operacionais	(4.553)	(421)
	<u>208.560</u>	<u>161.285</u>

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.145	355
Total receitas financeiras	2.145	355
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(30.738)	(8.955)
Outras	(7.727)	(4.106)
Total despesas financeiras	(38.465)	(13.061)
Resultado financeiro líquido	(36.320)	(12.706)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

- A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;
- Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Risco de liquidez

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	1.112	3.300	845	5.258
Debentures	-	-	279.935	279.935
Fornecedores e outras contas a pagar	7.891	23.672	8.227	39.789
Total	9.003	26.972	289.007	324.982

i) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2022 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

d) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

- Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

- Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

- Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários						
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Q										
Empréstimos e financiamentos	3.406	Aumento CDI	13,65	13,65	465	17,06	581	20,48	698	
Debentures	279.935	Aumento IPCA	5,64	5,64	15.788	7,05	19.735	8,46	23.683	

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2022 .

e) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Outubro/2021 a outubro/2024	15.000
Engenharia	Maio/2021 a outubro/2025	201.838
Operacionais	Maio/2022 a maio/2023	63.519
Garantia	Março/2022 a março/2023	79.975

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

21. Benefícios a empregados

Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram R\$ 372 e R\$ 251, respectivamente.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Remuneração dos diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	1.895	1.383
Encargos sociais	572	451
Benefícios diretos e indiretos	453	298
Participação nos resultados	1.071	845
Total	3.991	2.977

23. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a) Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$4.200, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2023	4.200
2024	4.200
2025 até 2032	33.598
	41.998

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2022, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R\$403.936, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2023	125.572
2024	34.647
2025	28.853
2026	19.073
2027	20.383
2028 até 2033	175.408
	403.936

c) Termo de Acordo de Conduta (TAC)

A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia.

Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R\$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016.

Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária.

Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R\$ 12.527 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo.

Cumprir informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018.

Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 35647/2022/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Outubro/2022 e término de obra em Julho/2024, sem prejuízo de novos pedidos de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (o mais recente pedido foi apresentado dia 09/01/2023) para início em janeiro/2023 e término em outubro/2024, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

26. Eventos Subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297_

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227_

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Empresa, ativos e encerrados, nenhum deles foi afetado pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e 885 pelo STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.